EDITORIAL



A Acta Pediátrica Portuguesa e a indexação na plataforma SciELO. Será possível iniciar um novo ciclo?

João M. Videira Amaral

Director da Acta Pediátrica Portuguesa

Em editorial anterior (APP 2001;41(4):LIX-LX)¹ terminámos o escrito referindo a candidatura da APP à indexação na plataforma SciELO como um dos objectivos, o que já fora expresso em anteriores circunstâncias. Tal objectivo seria potenciador da qualidade científica dos conteúdos, que todos desejamos; com efeito, propiciando-se maior visibilidade à APP através da sua internacionalização *on line*, estaria mais assegurada a captação de candidaturas de manuscritos nacionais e internacionais a publicações.

A este propósito, neste último número de 2010 da APP, é com grande satisfação que informamos os leitores e sócios da Sociedade Portuguesa de Pediatria que o Conselho Editorial (CE) da APP, na sequência de trabalho desenvolvido, recebeu do Comité Consultivo da referida plataforma um ofício cujo teor se sintetiza: "Na reunião de 10 de Dezembro de 2010 o Comité deliberou pela aceitação da revista APP na plataforma SciELO, uma vez que cumpre os critérios de qualidade estabelecidos pela metodologia SciELO".

Trata-se, pois, duma boa notícia que, no entanto, convém descodificar pelas implicações inerentes e que passarei a explicitar. Com efeito, o citado ofício incorpora um conjunto de condições prévias a satisfazer a curtíssimo prazo (seis meses) que dizem respeito fundamentalmente a normas burocrático administrativas a cumprir a curto prazo e a manter, com pontualidade britânica, e em sintonia com cada edição de 2 em 2 meses. Aliás tal dinâmica editorial constitui uma rotina em todas as revistas indexadas, o que foi comprovado *in situ* ao visitar as sedes de revistas indexadas portuguesas¹.

Sem desejar ser exaustivo, mas somente para informar de modo sucinto, mas rigoroso, os leitores, virá a propósito citar como exemplo, apenas dois entre dez quesitos, alguns dos quais são desdobrados em alíneas:

-"O conteúdo de cada número da revista (editorial, artigos originais, recensões, leituras, etc.) deve ser enviado em formato HTML e PDF e cada um deles de forma independente num ficheiro, isto é, se o número da revista tiver 10 documen-

tos deverão ser enviados 10 ficheiros diferentes, um para cada documento."

-"Aquando do envio dos ficheiros HTML e PDF será necessário o envio da versão impressa da revista, de forma a podermos trabalhar o material todo em conjunto"

Ou seja, o processo editorial que tem sido possível e enferma de grandes vulnerabilidades, passará a ser muito mais complexo e rigoroso, exigindo regularidade e pontualidade das edições, o que aliás é apanágio das revistas indexadas e de qualidade. Por outras palavras: a nova dinâmica que é exigida não poderá ser implementada com os actuais recursos secretariais da APP; somente com uma reformulação das actuais condições em termos de recursos logísticos (leia-se profissionalização) poderá a tarefa ser levada a bom termo. Por sua vez tal conceito entronca com o que foi também recentemente reiterado^{1,2}.

Todavia, a concretização deste objectivo – a indexação – face às exigências burocrático-administrativas (e, por inerência, financeiras) não depende só do Conselho Editorial, cujo pelouro é fundamentalmente de ordem científica e de execução editorial. Contamos, por isso, com o engenho e a arte da Direcção da Sociedade Portuguesa cujo Presidente, o Professor António Guerra, tem dado provas de grande empenho em prol do progresso da APP.

Neste contexto, cabe referir que em nome do CE, foi solicitada uma reunião de trabalho com o plenário da Direcção da SPP para abordagem de questões concretas no sentido de analisar os requisitos para "agarrar" esta oportunidade com determinação e esperança. E o tempo urge. Tenhamos ideias positivas!

Referências

- 1. Videira—Amaral JM. Ainda sobre o futuro da Acta Pediátrica Portuguesa. *Acta Pediatr Port 2010;41:LIX-LX*
- 2. Videira-Amaral JM. Rumo à indexação. Acta Pediatr Port 2008;38:V

Correspondência:

João M Videira Amaral app@spp.pt